

A CLASSIFICAÇÃO DE "COR" NAS PESQUISAS DO IBGE: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO

Tereza Cristina N. Araujo
Do Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística —
IBGE/RJ

A

discussão sobre a qualidade e a relevância dos dados estatísticos sobre o negro e as desigualdades raciais não pode prescindir de uma reflexão sobre a classificação utilizada pelo IBGE para a geração destas informações. O que se tem convenicionado chamar de "quesito cor" foi introduzido nos Censos Demográficos de 1872, 1890, 1940, 1950, 1960 e 1980 e nos Suplementos de Mobilidade e Cor 1976, Educação 1982, Fecundidade 1984, Menor 1985 e no Suplemento referente a vários temas como suplementação alimentar etc. de 1986. A partir de 1987, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) passa a incluir no corpo básico da pesquisa a investigação sobre a cor¹.

No levantamento de 1872, a população foi classificada em livre e escrava, cabendo ao recenseado livre definir a sua cor e a de seus escravos. As opções de classificação para o entrevistado livre eram branco, preto, pardo ou caboclo, sendo que os escravos foram classificados como pretos e pardos. Em 1890, a população foi classificada nos seguintes grupos: brancos, pretos, mestiços ou caboclos.

O "quesito cor" volta a ser pesquisado no Censo Demográfico de 1940, sendo a classificação referida

a brancos, pretos e amarelos com a formação de um quarto grupo sob a denominação de pardos para os que não haviam sido enquadrados nos três grupos. O Censo de 1950 repete o critério adotado no Censo de 1940. Em 1960, a classificação é semelhante mas se introduziu, pela primeira vez no Censo Demográfico, a pré-codificação com retângulos correspondentes aos grupos branco, preto, amarelo e pardo. Em 1970, o quesito cor foi excluído do Censo Demográfico e, em 1980, re-introduzido sendo utilizada a classificação em quatro grupos — branco, preto, pardo e amarelo.

O levantamento do quesito cor foi introduzido na PNAD em 1976, quando foi incluído no Suplemento de Mobilidade Social e Cor. Este quesito foi desdobrado em dois: o primeiro tinha por objetivo investigar a terminologia utilizada pelo informante, e o segundo visava obter do informante uma auto-classificação dentro dos quatro grupos utilizados nas pesquisas do IBGE sobre cor. A análise das respostas ao quesito aberto sobre a cor indicou, apesar de grande quantidade de termos, uma elevada concentração de respostas em alguns termos. Aproximadamente, 95% das respostas estavam concentradas em sete termos: morena (34,4%), branca (41,9%), preta (7,6%), parda (7,6%), morena clara (2,8%), clara (2,5%) e amarela (0,97%). O cruzamento efetuado entre as duas respostas indicou uma correlação entre elas: por exemplo, os informantes que se declararam morenos, assinalaram, em sua grande maioria, a categoria pardo do quesito fechado.

A partir de 1976, dada a colocação, nos anos 70, da questão racial pelo Movimento Negro, a participação de pesquisadores voltados para o estudo das relações raciais e o influxo de informações geradas pelo próprio IBGE, a discussão em torno da inclusão do quesito cor nas pesquisas do IBGE é reaberta, e, na década de 80, o quesito passa a ser considerado em vários levantamentos.

A geração da informação sobre cor passa pela classificação utilizada e pela forma de levantamento, isto é, pela atribuição ao entrevistador ou ao entrevistado da responsabilidade pela resposta. Nos Censos de 1950 e 1980 e nas PNADs, há uma menção explícita de que o recenseado deve fazer a declaração de cor, considerando-se esta uma informação que deve partir da auto-classificação, como algo referido à identidade do informante. Entretanto, na situação de pesquisa sobre cor, como em outras situações sociais que envolvem a questão racial há toda uma etiqueta de relacionamento elaborada a partir da ideologia das relações raciais vigente na sociedade brasileira, o que faz com que de fato sejam várias as possibilidades de obtenção do registro de informação de cor envolvendo tanto o informante quanto o entrevistado.

¹ Sobre o quesito cor ver: Costa, 1974; Silva, 1983; Catálogo do IBGE, 1986.

A categoria cor

O levantamento da informação sobre raça foi sempre ao longo destes cem anos, objeto de discussão. O debate em torno da classificação utilizada nas pesquisas oficiais reflete a dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira². Este debate girou em torno de questões como a da homogeneidade racial e a constituição da nacionalidade, e a da democracia racial e se amplia a partir dos anos 70 para incorporar questões colocadas pelo Movimento Negro e por pesquisadores preocupados com a etnicidade³.

A constância do debate indica estarmos diante de um caso de "luta de classificações", diante de uma disputa pelo estabelecimento da classificação legítima. Como diz Bourdieu, as disputas em torno de classificações são "lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e através disto fazer e desfazer grupos (1980, p. 65)⁴. Assim, as informações geradas a partir da classificação podem ser, e têm sido, apropriadas e interpretadas de acordo com o quadro de referência teórico e ideológico e os propósitos de análise e/ou demonstração de pessoas, grupos e instituições envolvidos com a questão racial. Por exemplo, em 1976, quando a PNAD, no Suplemento de Mobilidade e Cor, recolheu uma multiplicidade de termos referidos à auto-identificação de cor do informante, este repertório de termos foi interpretado como um indicio da ausência de identidade racial na sociedade brasileira. Entretanto, esta multiplicidade (e esta é a minha opinião) pode ser interpretada como uma indicação da importância e da complexidade da classificação social com base na raça.

A classificação utilizada pelo IBGE reflete um conhecimento científico cristalizado (a velha relação entre raças e continentes geográficos) e a ideologia de classificação social com base na raça. Na sociedade brasileira a cor é a metáfora, a categoria mais frequentemente acionada para demarcar diferenças e desigualdades com base na raça. Raça aqui concebida como um fato social, referida aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que categoriza.

Em trabalho anterior, apontei para o fato de que a percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve não apenas uma apreensão de características fenotípicas, aqui imbuídas de valor e carregadas de significado, mas, que as categorias compõem um sistema, e que esta operação se processa num contexto de interação social. Esta percepção pode gerar um repertório de termos cuja inteligibilidade própria seria discernível a partir da análise da situação social em que emergem (Costa, 1974).

Tem-se debatido a classificação utilizada pelo IBGE como se uma única classificação pudesse ou a ela coubesse "dar conta" da questão das relações raciais na sociedade brasileira⁵.

Ora, esta classificação é uma das várias utilizadas pela sociedade na construção de uma imagem de si. Ela tem uma marca, é oficial, é utilizada numa situação social específica — a de pesquisas conduzidas pelo órgão responsável pelo Sistema Estatístico Nacional⁶.

Dos usos da informação

A discussão anterior sobre a classificação de cor utilizada pelo IBGE, ainda que apenas delineada, fornece uma base para a reflexão em torno das condições de produção e dos limites dos dados estatísticos sobre o negro e as desigualdades raciais.

Os dados estatísticos sobre cor têm sido apropriados e interpretados de diversos pontos de vista, dentro dos limites colocados por sua geração, dentre os quais aquele que considera a raça um princípio classificatório fundamental na sociedade brasileira.

Alguns trabalhos têm questionado, a partir dos dados estatísticos produzidos pelo IBGE, não apenas as imagens tradicionais da suposta democracia racial, como também aquelas oriundas da abordagem modernizadora das relações raciais, segundo a qual o tempo e o desenvolvimento econômico estariam gerando oportunidades de mobilidade social e de transformação das relações raciais. Estes estudos têm demonstrado que a desigualdade racial é uma característica estrutural da sociedade brasileira, bem como a existência de vários mecanismos de reprodução, como o casamento homogâmico, a divisão racial do trabalho, e a discriminação no processo de escolarização entre outros (Hasenbalg, 1979; Silva, 1980; Oliveira et al., 1981 e 1986; Chaia, 1986; Fundação Carlos Chagas, 1986; Araujo, 1987).

Creio haver um processo de interação entre a produção de informação e construção de identidade. Neste sentido, o debate em torno da "classificação legítima" está sempre aberto. A próxima realização do Censo Demográfico de 1990 pode, e deve, oferecer uma oportunidade de incorporação de novas questões ao debate sobre a classificação de cor⁷.

2 Sobre o conceito de raça ver Seyferth, 1986.

3 Sobre o conceito de etnicidade ver: Cunha, 1979. Sobre as questões colocadas pelo Movimento Negro ver: Araujo, 1983 e Hasenbalg, 1987.

4 Sobre a questão da identidade ver: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (35) nov. 1980.

5 Vários modelos do sistema de relações raciais têm sido elaborados a partir deste pressuposto. Ver, por exemplo, Nogueira, 1954.

6 A respeito do uso de categorias de cor por um grupo de baixa renda definido por laços de vizinhança ver: Pacheco, 1986.

7 Por ocasião da realização dos censos, o IBGE promove reuniões com usuários das informações geradas pela instituição para revisão dos conceitos, sugestão de temas a serem pesquisados etc. Quanto à classificação de cor, é importante que se proceda a uma avaliação da sua adequação aos diferentes segmentos sociais. É importante, ainda, lembrar que para a elaboração de um perfil sócio-econômico de brancos e negros, bem como uma avaliação dos padrões de desigualdade racial há um conjunto de outras informações que devem ser consideradas e que, também, estarão em discussão, como as relativas à fecundidade, força de trabalho, rendimento e educação, entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES. (35) nov. 1980.
- ARAUJO, T.C.N. *Movimento negro e partidos políticos*. Rio de Janeiro, 1983. [Trabalho apresentado no XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Mesa redonda sobre "Questão racial no Brasil"].
Uma história da discriminação racial. *Ciência Hoje*, 5(28) jan./fev. 1987.
- BOURDIEU, P. L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (35):63-72, nov. 1980.
- CATÁLOGO DO IBGE. IBGE, Rio de Janeiro, 1986.
- CHAIA, M.W. Mercado de trabalho e emprego. *Rev. Fundação SEADE*, São Paulo, 2(2/3):7, maio/dez. 1986.
- COSTA, T.C.N.A. O princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Rev. Bras. Geog.*, 36(3):91-103, jul./set. 1974.
- CUNHA, M.M.C. da. Etnicidade — da cultura residual mas irreduzível. *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, 1(1):35-9, ago. 1979.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Diagnóstico sobre a educação de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1986, 2 v. (versão preliminar).
- HASENBALG, C.A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
O negro nas vésperas do centenário. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro (13):79-86, mar. 1987.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito de origem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31°. *Anais*. São Paulo, 1954.
- OLIVEIRA, L.E.G. de et. al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
Efeitos da crise no mercado de trabalho urbano e a reprodução da desigualdade racial, 1986. [Trabalho apresentado na Mesa Redonda "População Negra", no 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais].
- PACHECO, M. de P. *Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda*. Rio de Janeiro, 1986. Dissert. (mest.) PPGAS, Museu Nacional.
- SEYFERTH, G. A estratégia do branqueamento. *Ciência Hoje*, 5(25) jul./ago. 1986.
- SILVA, N. do V. e. Cor e processo de realização sócio-econômica. In: MOVIMENTOS sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1983, p. 198-209 (Ciências Sociais Hoje; v. 2).
O preço da cor: diferenciais sociais na distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10(1):21-44, 1980.